

**Demonstrações Financeiras
(Individuais e Consolidadas)**

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas...	12

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. – (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2018, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº. 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 detido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.

- Porto Sudeste V.M. S.A.: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na BM&FBOVESPA (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelage métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOG \times VpTDC)] * FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelage Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOG = Tonelage Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelage para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelage para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$ 5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Este valor será (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga (como definido abaixo) ("valor por tonelada para demais cargas"). "Margem da carga" (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$ 5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$ 5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no quarto trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano (“tonelagem medida”) será comparada com: (a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de take-or-pay indicados na tabela abaixo; e (b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de take-or-pay celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social (“tonelagem take-or-pay”):

	2013	2014	2015	2016
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8

Se o valor da tonelagem take-or-pay menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos royalties devidos em relação ao quarto trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Na tabela a seguir é possível verificar a tonelagem realizada para efeito do cálculo acima descrito, considerando o ano de 2016 como sendo o início das operações comerciais da empresa após o comissionamento realizado em 2015:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Tm	-	-	-	7,1	9,5	10,7

Todo volume operado até o fim desse exercício é referente a minério de ferro, inexistindo demais cargas embarcadas.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes royalties, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$ 25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio (“reserva mínima de caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa (“caixa livre disponível”) para pagar os royalties efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil. Fica certo e ajustado que não há nenhuma obrigação da emissora de pagar tais valores adicionais aqui previstos, exceto se houver caixa livre disponível detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível, “caixa livre” significa o valor correspondente a (i) a soma de (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto (em qualquer instituição financeira) menos (ii) a soma da (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento pela Porto Sudeste em conjunto.

Os royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para royalties apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos royalties até então determinados, tais royalties não pagos deverão ser adicionados ao montante dos royalties do próximo trimestre. Os royalties apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado caixa disponível para royalties suficiente para tanto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data não tendo desta forma a obrigatoriedade de liquidação dos títulos de royalties.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	1° Tri 2018	2° Tri 2018	3° Tri 2018	4° Tri 2018
Receitas	57.386	67.224	62.002	68.205
Dividendos				
Tributos Aplicáveis	(8.178)	(9.579)	(8.835)	(9.719)
Custo Caixa das Operações	(18.012)	(22.328)	(14.705)	(20.171)
Capex para Manutenção	(1.870)	(2.988)	(3.419)	(4.220)
Despesas Operacionais	(16.956)	(18.140)	(13.073)	(17.952)
Juros e Amortização da Dívida Senior	(13.661)	(13.569)	(26.286)	(20.280)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Senior				-
Juros e Amortização da Dívida Senior do Capital de Giro	-	(12.582)	(4.062)	(154)
Novas Provisões de Caixa Existentes	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de Royalties	(1.290)	(11.963)	(8.378)	(4.293)

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties Acumulados	1° Tri 2018	2° Tri 2018	3° Tri 2018	4° Tri 2018
Valores Disponíveis em Caixa ou Contas Bancárias	25.618	49.988	56.924	41.193
Valores Contribuídos pelos Acionistas	(25.618)	(49.988)	(56.924)	(41.193)
Conta Reserva do Serviço da Dívida Senior	-	-	-	-
Valores de Caixa Provisionados	-	-	-	-
Total Caixa Disponível para Pagamento de Royalties Acumulados	-	-	-	-

Reconciliação entre quantidade embarcada e valores pagos a título de Royalties	Embarcado 2018	Take-or-pay/Embarcado Acumulado
Volume (M/TONs)	10.661	139.289
Preço por Tonelada	5,00	5,00
PPI acumulado	0,61	0,61
Valor por TON em USD	5,61	5,61
Royalty (Porto Sudeste) USD	59.808	781.411
PSVM11 emitidos por Porto Sudeste V.M. S.A. em proporção a totalidade dos títulos Port11	0,43%	0,43%
Royalty (Porto VM) Calculado (USD m)	257	3.360
Caixa disponível para pagamento de Royalties	-	-
Royalty pagável	-	-

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 12,50% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Companhia entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo, bem como em aquisições de minas de minério de ferro na região realizadas por seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$ 2.246.512, que convertidos para Reais totalizou R\$8.704.785 (US\$ 2.242.111, que convertidos para Reais totalizou R\$7.416.903 em 31 de dezembro de 2017). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2018 em US\$9.569, que convertidos para reais totalizou R\$37.076 (US\$ 9.550, que convertidos para reais totalizou R\$31.591 em 31 de dezembro de 2017).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$10.453 em 31 de dezembro de 2018 (R\$8.922 em 31 de dezembro de 2017), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí, RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Porto Sudeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta seu passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado em R\$103.492 mil, e prejuízos acumulados consolidados de R\$2.191.010 mil no exercício findo nessa data. Esta nota indica também que a Companhia e suas controladas iniciaram suas operações em janeiro de 2016 e ainda dependem do suporte financeiro dos seus acionistas e/ou recursos de terceiros até que as operações gerem caixa suficiente para manutenção de suas atividades operacionais. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos caso os planos da Administração não atinjam os resultados esperados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.350	24.345	41.330	30.409
Contas a receber de clientes	5	28.291	13.259	28.291	13.259
Contas a receber com partes relacionadas	14	18.549	-	1.769	-
Estoques	6	32.224	22.611	90.447	65.472
Impostos a recuperar		5.326	4.235	6.739	5.613
Adiantamentos		820	1.268	820	1.269
Outros		6.104	8.620	6.267	8.630
		117.664	74.338	175.663	124.652
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	10.113	10.107	10.113	10.107
Contas a receber com partes relacionadas	14	2.244	2.244	-	-
Impostos a recuperar		69	366	69	366
Investimentos	8	33.830	33.837	-	-
Imobilizado	9	5.687.034	4.952.597	5.707.626	4.970.369
Intangível	10	8.805.278	7.554.461	8.805.278	7.554.461
Outros		10.845	6.825	12.137	6.891
Total do ativo não circulante		14.549.413	12.560.437	14.535.223	12.542.194
Total do ativo		14.667.077	12.634.775	14.710.886	12.666.846

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		25.555	18.466	48.741	55.338
Empréstimos e financiamentos	11	185.253	314.301	185.253	314.301
Impostos e contribuições a recolher	13	9.894	6.824	10.790	6.944
Partes relacionadas	14	7.841	10.478	569	1.107
Adiantamentos de clientes	14	54	-	54	-
Adiantamentos de clientes parte relacionada	14	-	-	26.744	5.717
Outros		7.004	6.630	7.004	6.633
Total do passivo circulante		235.601	356.699	279.155	390.040
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	5.230.596	4.370.737	5.230.596	4.370.737
Títulos de remuneração variável	12	8.694.332	7.407.981	8.694.332	7.407.981
Provisão de contingências		1.519	1.774	1.609	1.927
Total do passivo não circulante		13.926.447	11.780.492	13.926.537	11.780.645
Patrimônio líquido	16				
Capital social		2.749.411	2.424.170	2.749.411	2.424.170
Adiantamento para futuro aumento de capital		99.463	325.241	99.463	325.241
Ajustes acumulados de conversão		(144.817)	(189.467)	(152.670)	(191.880)
Prejuízos acumulados		(2.199.028)	(2.062.360)	(2.191.010)	(2.061.370)
Total do patrimônio líquido		505.029	497.584	505.194	496.161
Total do passivo e patrimônio líquido		14.667.077	12.634.775	14.710.886	12.666.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita, líquida de venda de bens	17	243.129	207.783	898.042	1.004.365
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(100.319)	(95.006)	(748.981)	(883.432)
Resultado bruto		142.810	112.777	149.061	120.933
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	19	(34.608)	(28.513)	(35.571)	(32.333)
Depreciação e amortização		(172.241)	(192.490)	(172.466)	(192.717)
Resultado de equivalência patrimonial	8	366	1.702	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	12	271.875	446.483	272.005	446.078
		65.392	227.182	63.968	221.028
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		208.202	339.959	213.029	341.961
Resultado financeiro	20				
Receitas financeiras		364.460	384.955	366.823	385.529
Despesas financeiras		(709.329)	(392.119)	(709.492)	(393.095)
		(344.869)	(7.164)	(342.669)	(7.566)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(136.667)	332.795	(129.640)	334.395
Imposto de renda e contribuição social	15	-	-	-	(104)
Lucro/ (prejuízo) do exercício		(136.667)	332.795	(129.640)	334.291

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/ (prejuízo) do exercício	(136.667)	332.795	(129.640)	334.291
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	44.650	(62.113)	39.210	(62.166)
Total dos resultados abrangentes	(92.017)	270.682	(90.430)	271.125

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora				Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.254.296	169.874	(127.354)	(2.395.156)	(98.340)
Integralização de capital	169.874	-	-	-	169.874
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	155.367	-	-	155.367
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(62.113)	-	(62.113)
Lucro do exercício	-	-	-	332.795	332.795
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(189.467)	(2.062.361)	497.583
Integralização de capital	325.241	(325.241)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	99.463	-	-	99.463
Ajustes acumulados de conversão	-	-	44.650	-	44.650
Prejuízo do exercício	-	-	-	(136.667)	(136.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.749.411	99.463	(144.817)	(2.199.028)	505.029

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Total
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.254.296	169.874	(129.714)	(2.395.661)	(101.205)
Integralização de capital	169.874	-	-	-	169.874
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	155.367	-	-	155.367
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(62.166)	-	(62.166)
Lucro do exercício	-	-	-	334.291	334.291
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.424.170	325.241	(191.880)	(2.061.370)	496.161
Integralização de capital	325.241	(325.241)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	99.463	-	-	99.463
Ajustes acumulados de conversão	-	-	39.210	-	39.210
Prejuízo do exercício	-	-	-	(129.640)	(129.640)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.749.411	99.463	(152.670)	(2.191.010)	505.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	(136.667)	332.795	(129.640)	334.395
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	172.243	192.490	172.469	192.717
Custo de transação	28.521	52.088	28.521	52.088
Outras amortizações	8.653	4.488	9.115	4.488
Baixa do imobilizado	71	-	71	-
Resultado de equivalência patrimonial	(366)	(1.702)	-	-
Variação monetária e juros	395.580	119.244	395.344	126.418
Outras provisões	2.282	(509.241)	2.220	(509.321)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(36.086)	6.056	(36.087)	(8.943)
Contas a receber - parte relacionada	(18.549)	(2.244)	(1.769)	-
Adiantamentos diversos	(13.543)	(27.953)	(14.044)	(11.645)
Estoques	(6.236)	(4.955)	(21.159)	(24.719)
Depósitos vinculados	603	4.191	603	4.192
Depósitos judiciais	(3.738)	(5.153)	(4.958)	(5.135)
Impostos a recuperar	(11.413)	(17.420)	(11.500)	(17.652)
Adiantamentos de cliente	226	36	226	36
Adiantamentos de cliente – empresas ligadas	-	-	25.833	-
Fornecedores	30.838	(11.140)	17.167	(13.902)
Impostos e contribuições a recolher	13.233	14.375	14.163	13.656
Obrigações com terceiros	1.987	38	1.987	38
Partes relacionadas	(2.690)	(2.639)	(591)	(2.000)
Outros ativos	2.236	(2.977)	2.092	(2.978)
Salários e remunerações	(1.991)	267	(1.994)	268
Juros pagos	(50.383)	(61.308)	(50.383)	(61.308)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	374.811	79.336	397.686	70.693
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de Imobilizado	(14.180)	(30.708)	(14.180)	(30.708)
Títulos e valores mobiliários	-	34.060	-	34.060
Remessa de dividendos	4.931	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(1.070)	(730)	-	-
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de investimentos	(10.319)	2.622	(14.180)	3.352
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	99.463	325.241	99.463	325.241
Custo de transação	(34.300)	(50.591)	(34.300)	(50.591)
Empréstimos liquidados	(81.090)	(50.311)	(81.090)	(50.311)
Caixa líquido gerado pelas/ (aplicado nas) atividades de financiamentos	(15.927)	224.339	(15.927)	224.339
Diferença cambial líquida				
Variação cambial	(346.560)	(286.574)	(356.657)	(286.472)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	2.005	19.723	10.922	11.912
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	24.345	4.622	30.408	18.496
No fim do exercício	26.350	24.345	41.330	30.408
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.005	19.723	10.922	11.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 07 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”).

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda. foi transformada em uma sociedade organizada por ações e agora passa a ser denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A. A transformação ocorreu no dia 02/10/17.

Reestruturação e mudança do acionista controlador

Em fevereiro de 2014 foi concluída a transação entre a antiga controladora da Companhia, MMX Mineração e Metálicos (“MMX”), e Trafigura Pte. Ltd. (“Trafigura”) e Mubadala Development Company PJSC (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, por meio da qual a Trafigura e a Mubadala adquiriram o controle compartilhado da Companhia. Na data de conclusão da transação, a Trafigura e a Mubadala, efetuaram aporte de capital na Companhia no valor de US\$400 milhões. Ainda, como parte do acordo, a Porto Sudeste assumiu: (i) a totalidade da dívida bancária da MMX Sudeste Mineração S.A. (subsidiária da MMX), no valor de R\$ 1,3 bilhão; e (ii) as obrigações decorrentes dos títulos de remuneração baseada em royalties, nos termos descritos na Nota 12.

Como consequência desta reestruturação e assunção de dívidas efetuada pela Companhia, a licença de operação portuária anteriormente registrada na MMX também foi transferida para a Porto Sudeste.

Mediante a conclusão destas transações, a Trafigura e Mubadala tornaram-se titulares, em conjunto, de 65% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador, bem como o direito da MMX de nomear um membro para o Conselho de Administração da Companhia enquanto esta detiver ao menos 10% do capital social.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Compra adicional de participação pelos controladores

Em 13 de agosto de 2015, mediante a realização de um aumento de capital que culminou na emissão de 11.241.101.754 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralmente subscritas pelo fundo de investimento PSA Fundo de Investimento em Participações (veículo da Trafigura e Mubadala no Brasil), de forma que a MMX foi diluída e os controladores ficaram com 94,58%.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$ 169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio e julho de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia e os controladores passaram a deter 98.24%.

Em maio de 2018, foi integralizado o valor de US\$100.000 equivalentes a R\$325.241 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio, julho e novembro de 2017, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,93% de participação na Companhia, 0,13% da participação detida pela Gaboard e os controladores passaram a deter 98.94%.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$103.492 mil, incluindo os juros da dívida prevista e a amortização do principal sob o conceito de “cash sweep” no montante de R\$162.802 mil. Sem considerar o “cash sweep”, o qual possui a obrigação do pagamento a partir de 2018 (desde que possua caixa disponível), o capital circulante líquido ficaria positivo em R\$59.310 mil. Vide nota 11 para maiores informações sobre o refinanciamento das dívidas.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em um prejuízo acumulado consolidado de R\$2.191.010 no exercício findo naquela data. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$41.330.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e possui fluxo de caixa operacional positivo. Contudo, para os próximos 12 meses e de acordo com os contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, investimentos não relacionados à manutenção) . De acordo com o modelo de negócios da Companhia há uma necessidade adicional de caixa de aproximadamente US\$16.9 milhões para a atender estes compromissos futuros que será disponibilizado pelos acionistas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50mt/a, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da ANTAQ o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso offshore, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50mt/a), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015, e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto a ANTAQ o TLO Nº11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da ANTAQ e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir sua capacidade total de 50MT/ano.

A Companhia obteve a aprovação referente a extensão do Alfandegamento do pátio 32 em 22 de abril de 2016. Este é um marco importante no comissionamento técnico e processo de conclusão que permite a Companhia a atingir a operação da capacidade total de 50MT/ ano.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 26 de fevereiro de 2019, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 01 de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares americanos. Dessa forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como "Ajustes acumulados de conversão".

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	2018	2017	2018	2017		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Sem atividades atualmente
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- i. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- ii. Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- iii. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- iv. Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- v. Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

A Companhia não registrou ativos financeiros como mantidos até o vencimento, mantidos para negociação ou mantidos para venda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro. Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando aplicável, o valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso", e tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Ativos financeiros--Continuação

Em 2018 e 2017, a Companhia apresenta apenas passivos financeiros classificados como Empréstimos e Financiamentos, que, após reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Custos de empréstimos relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até o limite permitido pela norma. O excedente, quando ocorrido, será reconhecido nas demonstrações dos resultados.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.6. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.10. Receita de Contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. A IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Receita de Contrato com cliente--Continuação

(i) Venda de produtos

Para contratos com clientes nos quais a venda de produtos é geralmente designada como única obrigação de desempenho, não são esperados impactos significativos na demonstração de resultado da Companhia e controladas com a adoção da IFRS 15. A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá no momento em que o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

(ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2018

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 16 - "Arrendamentos Mercantis"	<p>Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.</p> <p>A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo de balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. Assim passará a existir um único modelo no qual os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.</p> <p>Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente, a forma como os arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS17.</p>	o 1º de janeiro de 2019

A Administração efetuou as análises devidas e entende que essa norma não impactará suas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 "Receita de contrato com cliente"	<p>-Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com de clientes.</p> <p>Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre o reconhecimento de receitas em casos complexos.</p> <p>A Companhia elaborou uma análise das suas operações, as quais consistem basicamente em um único contrato de cliente e concluiu que a aplicação da referida norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não produziu efeitos sobre os saldos contábeis reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração no resultado, havendo o impacto tão somente das divulgações adicionais requeridas pela norma.</p>	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 "Instrumentos financeiros"	<p>-Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de <i>hedge</i>. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de <i>hedge</i>, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de <i>hedge</i>, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia elaborou uma análise dos princípios e características da nova norma e concluiu que a aplicação da referida norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não produziu efeitos sobre os saldos contábeis reconhecidos no balanço patrimonial, na demonstração no resultado e do resultado abrangente.</p>	1º de janeiro de 2018

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	2.694	15.856	3.427	16.050
Equivalentes de caixa	23.656	8.489	37.903	14.359
	26.350	24.345	41.330	30.409

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

A Companhia investe em fundos administrados pelo Banco Bradesco S.A., nos quais as aplicações realizadas são lastreadas em títulos privados (Certificados de Depósitos Bancários), emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI CETIP ("CDI"), sem carência e com liquidez imediata.

Os certificados de depósitos bancários (CDBs) são emitidos por instituição financeira de primeira linha e são substancialmente remuneradas em 2018 com base em 77,58% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (63,75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário em 2017).

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviço portuário	28.291	13.259	28.291	13.259
	28.291	13.259	28.291	13.259

O montante em aberto em 31 de dezembro de 2018 foi substancialmente recebido durante o mês de janeiro de 2019, sem necessidade de registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Brita	-	-	1.961	1.403
Minério de Ferro	-	-	56.262	41.187
Almoxarifado	32.224	22.611	32.224	22.882
	32.224	22.611	90.447	65.472

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trustee ACC Itaú BBA (*)	10.113	10.107	10.113	10.107
	10.113	10.107	10.113	10.107

(*) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (Trustee Account), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante celebração das escrituras definitivas dos terrenos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando a concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste V.M S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de royalties como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 12.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A. (anteriormente denominada Porto Sudeste Exportação e Comércio Ltda.)

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos

	Controladora				2018
	2017	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para Reais	
Pedreira	8.547	(981)	-	(143)	7.423
TCS	18.528	(324)	600	3.165	21.969
Porto VM	92	(363)	470	(2)	197
Porto Sudeste Exportação	6.670	2.034	-	(4.463)	4.241
	33.837	366	1.070	(1.443)	33.830

	Controladora				2017
	2016	Equivalência patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Efeito da conversão para Reais	
Pedreira	9.401	(1.065)	-	211	8.547
TCS	18.264	(339)	330	273	18.528
Porto VM	-	(279)	400	(29)	92
Porto Sudeste Exportação	1.304	3.385	-	1.981	6.670
	28.969	1.702	730	2.436	33.837

Participações societárias e resumo das investidas

Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2018		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	
		Ativo	Passivo				
Pedreira	99,98%	49.001	10.930	170	13.204	-	(2.444)
TCS	99,98%	3.447	2.000	1	2.333	-	(334)
Porto VM	100,00%	-	37.366	37.151	574	-	(359)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	71.915	69.696	2.219	764.413	10.493

Participação	Quantidade ações/ quotas (mil)	2017		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	
		Ativo	Passivo				
Pedreira	99,98%	49.001	11.603	14.913	11.395	6	(1.169)
TCS	99,98%	3.447	1.480	2.126	1.480	-	(339)
Porto VM	100,00%	-	31.707	32.000	108	-	(279)
Porto Sudeste Exportação	100,00%	-	58.235	57.716	5.754	932.943	3.325

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Outros	Edificações e benfeitorias	
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	73.222	636.397	98.422	31.987	705.512	17.125	3.431.479	4.994.144
Adições	-	-	-	-	12.856	3.033	15.764	31.653
Transferências	69.623	360.820	-	(38.356)	(839.759)	(976)	448.648	-
Depreciação no exercício	(7.735)	(15.880)	-	-	-	(723)	(129.748)	(154.086)
Efeito da conversão para Reais	(7.147)	(42.528)	1.476	6.369	130.328	2.353	7.807	98.658
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.963	938.809	99.898	-	8.937	20.812	3.773.950	4.970.369
Adições	22	456	-	191	11.397	2.754	-	14.820
Baixas	-	-	-	-	-	(71)	-	(71)
Transferências Ativo	(441)	1.613	-	26	(4.222)	(496)	3.520	-
Depreciação no exercício	(6.972)	(17.539)	-	-	-	(703)	(103.337)	(128.551)
Efeito da conversão para Reais	21.947	161.287	17.117	10	1.072	3.416	646.210	851.059
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	142.519	1.084.626	117.015	227	17.184	25.712	4.320.343	5.707.626
Saldos acumulados								
Custo	161.852	1.131.641	117.922	-	8.907	23.051	4.694.015	6.137.388
Depreciação acumulada	(12.327)	(24.542)	-	-	-	(1.442)	(248.400)	(286.711)
Efeito da conversão para Reais	(21.562)	(168.290)	(18.024)	-	30	(797)	(671.665)	(880.308)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.963	938.809	99.898	-	8.937	20.812	3.773.950	4.970.369
Custo	161.433	1.133.710	117.922	217	16.082	25.238	4.697.535	6.152.137
Depreciação acumulada	(19.299)	(42.081)	-	-	-	(2.145)	(351.737)	(415.262)
Efeito da conversão para Reais	385	(7.003)	(907)	10	1.102	2.619	(25.455)	(29.249)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2018	142.519	1.084.626	117.015	227	17.184	25.712	4.320.343	5.707.626

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente à construção do Porto.

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Serviços	191	-
Outros	26	-
Efeito da conversão para Reais	10	-
	227	-

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável e após testes realizados não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela *unidade geradora de caixa* ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 12,50%.

10. Intangível

	Licença portuária
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.475.391
Amortização	(39.064)
Efeito da conversão para Reais	118.134
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.554.461
Amortização	(43.918)
Efeito da conversão para Reais	1.294.735
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.805.278

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Intangível--Continuação

A licença é amortizada ao longo do período de concessão do porto pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

O custo da licença foi calculado com base no custo de aquisição, sendo o principal componente do valor de aquisição os Títulos de remuneração variável (*Royalties*), conforme descrito na Nota 12.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 9, a Companhia não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 12,50%.

11. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Controladora e Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	2018	2017	2018	2017
Contratados em dólares norte-americanos				
Indexados pela Libor	12.453	54.015	2.673.361	2.395.780
Encargos	36.974	61.203	377.345	69.400
	49.427	115.218	3.050.706	2.465.180
Contratados em Reais				
Indexados por TJLP	9.791	9.886	2.055.109	1.858.405
Encargos	126.034	189.197	294.563	187.892
	135.826	199.083	2.349.672	2.046.297
	185.253	314.301	5.400.378	4.511.477

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por credor

Banco	Indexador / Juros	Vencimento	Saldo em	
			2018	2017
BNDES - FINAME Nº 09.2.1353.1	4,5% a.a.	15/01/2020	9.823	18.894
BNDES FINEM - Nº 10.2.0265.1	3,18% + 2,18% a.a. + TJLP	15/06/2029	1.002.544	924.489
BNDES FINEM - Nº12.2.1174.1 - Subcrédito A, B.	3,40% + 2,40% a.a. + TJLP	15/06/2029	540.582	497.102
BNDES FINEM - Nº12.2.1174.1 - Subcrédito C.	3,40% % a.a. + 2,40% + Cesta de Moedas	15/06/2029	203.444	163.612
BNDES FINEM - Nº 4.003.109-P - Repasse AB	3,40% + 4,40% a.a. + TJLP	15/06/2029	529.122	483.141
BNDES FINEM - Nº 4.003.109-P - Repasse C	4,40% a.a. + 3,40% + Cesta de Moedas	15/06/2029	199.983	158.142
Deutsche Bank	4% a.a. + libor 6 meses	15/11/2023	775.756	633.882
Banco do Brasil	3,4% a.a. + libor	15/05/2018	-	57.249
Panamericano	4,85% a.a.	03/06/2019	12.660	21.622
Bradesco/Itaú	2,00% a 7,00%a.a. + libor	15/06/2029	2.311.718	1.867.645
			5.585.631	4.825.778
Custos de transação			(169.782)	(140.740)
			5.415.849	4.685.038

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Ano de vencimento		
2019	-	677.219
De 1 a 5 anos	1.486.079	1.087.918
Acima de 5 anos	3.914.299	2.746.340
	5.400.378	4.511.477

Em 31 de dezembro de 2018, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado
Dívidas em US\$ - Até 5,0%	3.100.133
Dívidas em R\$ - Até 6%	9.823
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	2.072.248
Dívidas em R\$ - Acima de 9,3%	403.427
	5.585.631

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Efeito da conversão para Reais

O Real se desvalorizou 17,1% no exercício em relação ao Dolar, passando de R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,8748 em 31 de dezembro de 2018 influenciando o saldo da dívida em moeda estrangeira que em 31 de dezembro de 2018 representava 55,5% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fiança e foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Senior

Em junho de 2017, a empresa finalizou o refinanciamento da sua dívida sênior. O refinanciamento inclui, entre outros, (a) até maio de 2020, o diferimento dos pagamentos de principal e juros da dívida refinanciada até o trimestre seguinte caso a Porto Sudeste não tenha caixa disponível para pagar o serviço da dívida; (b) um mecanismo trimestral de cash sweep até maio de 2020 por meio do qual qualquer caixa disponível será utilizado para pagar a dívida devida até a respectiva data (incluindo a parte da Dívida Sênior diferida até tal data); e (c) um ajuste das taxas de juros para os credores sênior brasileiros.

12. Títulos de remuneração variável

Em decorrência da conclusão da aquisição do controle acionário da Companhia em fevereiro de 2014, conforme descrito na Nota 1, a Companhia assumiu as obrigações relativas aos títulos de remuneração variável MMXM11, emitidos em 2011 em conexão com a aquisição da Porto Sudeste pela MMX. Para viabilizar a transferência dessa obrigação, a Companhia emitiu títulos de remuneração variável (títulos espelhos dos MMXM11) em termos similares ao MMXM11, por meio de dois veículos:

- FIP-IE Porto Sudeste Royalties: Um fundo de investimento em participações em infraestrutura para deter exclusivamente Títulos Port11, sendo que para cada Título Port11 detido pelo FIP-IE corresponderia uma Quota. As Quotas do FIP-IE foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadrassem como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tivessem restrições para deter quotas de FIP-IE.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

- Porto Sudeste V.M. S.A.: Uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria 'B', que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os "Títulos PSVM11"), sendo tal título listado para negociação na BM&FBOVESPA (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). Os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE.

A operação de permuta dos títulos não gerou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a obrigação já havia sido reconhecida com base nas cláusulas contratuais com os detentores finais dos títulos originais (MMXM11).

Através da conclusão da permuta dos títulos, a Companhia possui obrigação de pagamento aos veículos acima, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Os detentores dos títulos mencionados têm direito à remuneração variável trimestral, apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro (como definido abaixo)

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas (como definido abaixo)

FP = Fator proporcional

Os royalties relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$ 5,00 por tonelada de minério de ferro ("valor por tonelada para minério de ferro"). Este valor será (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Os royalties relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas tais como atividades de abastecimento) conduzidas no Terminal Portuário serão calculados com base na margem da carga (“valor por tonelada para demais cargas”), sendo que “Margem da carga”: (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$ 5,00 por tonelada embarcada.

O valor limite ajustado de US\$ 5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Anualmente, no quarto trimestre de cada exercício social, o montante de toneladas métricas efetivamente embarcadas no Porto durante o respectivo ano (“tonelagem medida”) será comparada com: (a) relação aos anos entre 2013 e 2016, os volumes de take-or-pay indicados na tabela abaixo; e (b) em relação aos anos seguintes, a quantidade de toneladas métricas a ser embarcada por meio do Porto no ano respectivo de acordo com todos os contratos de take-or-pay celebrados entre a Porto Sudeste ou suas subsidiárias vigentes no respectivo exercício social (“tonelagem take-or-pay”):

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Tm	13,6	31,9	36,8	36,8	-	-

Se o valor da tonelagem take-or-pay menos o valor da tonelagem medida for um número positivo, então os valores dos royalties devidos em relação ao quarto trimestre de cada exercício social serão acrescidos do montante correspondente à multiplicação de tal número pelo valor por tonelada para minério de ferro ou pelo valor por tonelada para demais cargas, conforme o caso.

Se, em um determinado trimestre, mediante o pagamento dos então correntes royalties, o caixa livre detido pela emissora e pela Porto Sudeste em conjunto for superior a (a) US\$25.000, nos exercícios sociais entre 2013 e 2017, ou (b) US\$10.000 nos exercícios sociais seguintes, em ambos os casos convertido em reais de acordo com a taxa de câmbio (“reserva mínima de caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a reserva mínima de caixa (“caixa livre disponível”) para pagar os royalties efetivamente acumulados aos detentores dos títulos até o último dia de tal trimestre civil.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

“Caixa livre” significa o valor correspondente a (i) a soma de (a) todos os valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste em conjunto e (b) saldos positivos de todas as contas bancárias da emissora e da Porto Sudeste em conjunto menos (ii) a soma da (a) quaisquer valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste para imposto de renda e contribuição social e demais obrigações que exijam provisionamento.

Os royalties serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o caixa disponível para royalties apurado pela emissora não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos royalties até então determinados, tais royalties não pagos deverão ser adicionados ao montante dos royalties do próximo trimestre.

Em 24 de novembro de 2016, foi efetuada a transferência de 8.351.200 títulos de royalties através de permuta de títulos Port11 por PSVM11. Esses títulos foram transferidos para o FIP-IE Porto Sudeste Royalties. Após essa transferência a Companhia passou a deter um total de 4.188.602 títulos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia procedeu com os cálculos financeiros com o objetivo de identificar a existência de caixa líquido disponível e concluiu que o caixa líquido disponível é credor nesta data não tendo desta forma a obrigatoriedade de liquidação dos títulos de royalties.

A mensuração desses títulos é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 12,50% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Companhia entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo, bem como em aquisições de minas de minério de ferro na região realizadas por seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$ 2.246.512, que convertidos para Reais totalizou R\$8.704.785 (US\$ 2.242.111, que convertidos para Reais totalizou R\$7.416.903 em 31 de dezembro de 2017). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2018 em US\$9.569, que convertidos para reais totalizou R\$37.076 (US\$ 9.550, que convertidos para reais totalizou R\$31.591 em 31 de dezembro de 2017). Os valores correspondentes a revisão de premissas reconhecidos na rubrica de outras despesas operacionais totalizam R\$259.346 em 31 de dezembro de 2018 (R\$262.497 em 31 de dezembro de 2017).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Títulos de remuneração variável--Continuação

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$10.453 em 31 de dezembro de 2018 (R\$8.922 em 31 de dezembro de 2017), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo. O saldo dos títulos de remuneração variável registrado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.694.332 (R\$7.407.981 em 31 de dezembro de 2017), líquido do custo de transação.

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ISS	5.100	3.960	5.987	3.965
INSS terceiros	75	125	74	127
ICMS	123	79	123	81
IRRF e CSLL	766	726	768	833
CIDE sobre importação	57	161	57	161
PIS e COFINS sobre importação	3.750	1.746	3.758	1.751
Outros	23	27	23	26
	9.894	6.824	10.790	6.944

14. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, o controle compartilhado da Companhia era exercido pela Trafigura e Mubadala por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, que detinham 98,94% de participação acionária.

A Companhia mantém contratos de compartilhamento dos custos de atividades operacionais e financeiras firmados com a Impala Terminals Group B.V. (uma subsidiária da Trafigura Pte. Ltd.). Os custos das atividades sujeitas ao compartilhamento são medidos com base em folhas de tempo, sendo cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordo entre as partes.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

Os ativos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora			
	Ativo			
	2018		2017	
	Nota de débito	Contas a receber	Nota de débito	Contas a receber
Trafigura Brasil	-	1.769	-	-
Porto Exportação	2.244	16.780	2.244	-
	2.244	18.549	2.244	-

Os passivos com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora					
	Passivo					
	2018			2017		
	Notas de débito	Contas a pagar	Total	Notas de débito	Contas a pagar	Total
Pedreira	-	(7.272)	(7.272)	-	(9.371)	(9.371)
Impala Terminals (custo compartilhado)	(569)	-	(569)	(1.107)	-	(1.107)
	(569)	(7.272)	(7.841)	(1.107)	(9.371)	(10.478)

	Consolidado	
	Passivo – Notas de débito	
	2018	2017
Impala Terminals	(569)	(1.107)
	(569)	(1.107)

	Consolidado	
	Passivo – Adiantamento de clientes	
	2018	2017
Trafigura PTE	(26.744)	(5.717)
	(26.744)	(5.717)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Partes relacionadas--Continuação

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado das transações com partes relacionadas:

	Resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Trafigura PTE	-	-	(769.574)	(932.943)
Impala Terminals	(2.076)	272	(2.076)	272
Porto Exportação	(109.500)	(136.366)	-	-
Trafigura (Brasil)	(7.705)	-	(7.705)	-
	<u>(119.281)</u>	<u>(136.094)</u>	<u>(779.355)</u>	<u>(932.671)</u>

Remuneração dos Administradores

O montante de R\$ 5.515 (R\$ 3.162 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2018.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os membros da Administração.

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A composição do saldo em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	378.572	246.768	378.954	246.768
Base negativa de contribuição social	136.287	88.836	136.423	88.836
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	285.092	325.819	285.092	325.819
Amortização da licença	26.682	16.669	26.682	16.669
Ajuste a valor presente dos royalties	(106.329)	(102.821)	(106.329)	(102.821)
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	32.679	762.311	32.558	763.487
Variação cambial sobre os royalties e empréstimos de 2016 (b)	(43.247)	(643.148)	(42.817)	(640.774)
Outros	1.430	1.742	1.430	1.742
Provisão para perda pela não realização (a)	(711.166)	(696.176)	(711.993)	(699.726)
	-	-	-	-

(a) Considerando o fato da Companhia ter alterado sua moeda funcional para o Dólar e, ainda, a 'valorização do Dólar comparada ao Real em 2018, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou superior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um crédito fiscal diferido consolidado no montante total de R\$ 32.679 (R\$763.487 em 31 de dezembro de 2017) e o montante de R\$32.558 na Controladora (762.311 em 31 de dezembro de 2017). A Administração, considerando que o Porto ainda encontra-se em período de *ramp-up*, conservadoramente, optou por reconhecer o ativo fiscal diferido no limite do passivo fiscal diferido. Dessa forma, do valor total deste crédito consolidado, R\$ 679.436 (R\$63.760 em 31 de dezembro de 2017) e controladora R\$678.486 (R\$66.135 em 31 de dezembro de 2017) foram reconhecidos até 31 de dezembro de 2018.

(b) Refere-se principalmente à diferença entre a base contábil e fiscal dos títulos de remuneração variável. Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas nominais versus a despesa registrada nos exercícios é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(136.667)	332.794	(129.640)	334.395
Crédito de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	46.467	(113.150)	44.078	(113.694)
Ajustes para conciliação da alíquota nominal à efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial <i>Thin capitalization</i> (limite de dedutibilidade de juros de empréstimos tomados no exterior)	(124)	579	-	-
Diferença entre as bases fiscais e contábeis do imobilizado e intangível	723.978	97.435	725.883	97.397
Outras movimentações	(220)	(48)	(595)	(495)
Provisão para perda pela não realização	(744.621)	(32.398)	(743.197)	(34.005)
(Despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social no exercício	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	(104)
Diferido	-	-	-	-

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição:

Quotistas	Quantidade de quotas	R\$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações	676.384.137	2.720.400	98,94%
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	25.486	0,93%
Gaboard Participações Ltda.	876.275	3.524	0,13%
Total	683.597.178	2.749.410	100%

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Em fevereiro de 2014, como parte da reestruturação descrita na Nota 1, mútuo de R\$103.334 e os adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor R\$348.381, foram capitalizados. Na mesma data, a Companhia incorporou sua controladora gerando um aumento no capital social de R\$1.442.530, e imediatamente após a incorporação, cancelou as quotas correspondentes ao seu patrimônio líquido, no valor de R\$1.074.801. Adicionalmente, em agosto de 2014, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital no valor de R\$45.508, dos quais R\$29.580 foram efetuados por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, e R\$15.928 por meio da investida Gaboard Participações Ltda. Após os referidos aumentos de capital, o Grupo MMX foi diluído para 30,75%.

Em agosto de 2015, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$408.029. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 4,76% de participação na Companhia.

Em março de 2017, foi integralizado o valor de US\$50.000 equivalentes a R\$169.874 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em junho e outubro de 2016, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 1,54% de participação na Companhia.

Em maio de 2018, foi integralizado o valor de US\$100.000 equivalentes a R\$325.241 recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital em maio, julho e novembro de 2017, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações. Após o referido aumento de capital, o Grupo MMX foi diluído e passou a deter 0,93% de participação na Companhia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em maio de 2018, os acionistas Trafigura e Mubadala efetuaram aporte de capital por meio do PSA Fundo de Investimentos e Participações, no valor de R\$99.463.

c) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil da variação cambial da Companhia e suas controladas, foram registrados os montantes de R\$144.817 na Controladora e R\$152.670 no Consolidado em 31 de dezembro de 2018, para atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta	283.532	242.249	943.607	1.038.832
(-) Deduções sobre vendas				
ICMS	-	39	-	39
ISS	(14.177)	(12.107)	(14.177)	(12.107)
PIS	(4.678)	(3.995)	(4.678)	(3.995)
COFINS	(21.548)	(18.403)	(21.548)	(18.404)
OUTROS	-	-	(5.162)	-
Receita líquida	243.129	207.783	898.042	1.004.365

18. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(645.153)	(785.616)
Custos com materiais	(12.707)	(10.220)	(12.707)	(10.213)
Utilidades	(13.739)	(16.926)	(13.739)	(16.927)
Manutenção	(3.708)	(3.687)	(3.708)	(3.807)
Aluguel de equipamentos	(8.582)	(7.807)	(9.080)	(7.787)
Seguro	(8.066)	(8.380)	(8.320)	(8.380)
Serviços externos	(14.762)	(17.142)	(16.977)	(16.604)
Salários	(36.595)	(29.932)	(36.640)	(31.387)
Outros	(2.160)	(912)	(2.657)	(2.711)
	(100.319)	(95.006)	(748.981)	(883.432)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Despesas administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços com terceiros	(14.772)	(13.197)	(15.720)	(15.835)
Salários	(16.035)	(11.772)	(16.050)	(12.607)
Manutenção e conservação	(682)	(1.410)	(682)	(1.493)
Materiais	(492)	(417)	(492)	(424)
Alugueis e Arrendamentos	(340)	(350)	(340)	(370)
Combustíveis / Comunicação	(211)	(902)	(211)	(1.144)
Outros	(2.076)	(465)	(2.076)	(460)
	(34.608)	(28.513)	(35.571)	(32.333)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros	(708.304)	(390.006)	(708.365)	(390.380)
IOF	(171)	(716)	(181)	(942)
Impostos sobre resultados financeiros	-	(408)	-	(408)
Outros	(854)	(989)	(945)	(1.365)
	(709.329)	(392.119)	(709.492)	(393.095)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.896	3.092	2.397	4.159
Varição cambial (*)	362.132	112.959	363.994	112.464
Juros	432	268.895	432	268.895
Outros	-	9	-	11
	364.460	384.955	366.823	385.529
Resultado financeiro líquido	(344.869)	(7.164)	(342.669)	(7.566)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em Reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o Dólar em janeiro de 2016.

21. Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas possuem contratos firmados junto a fornecedores de bens e serviços dos projetos e bases operacionais, no valor aproximado de R\$ 40.000, representados principalmente por contratos para aquisição de equipamentos e obras civis relacionados a projetos de investimento corrente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia realiza o gerenciamento de risco no âmbito consolidado, aproveitando a possível sinergia entre os negócios para dirimir o risco.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos derivativos e de hedge contratados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	Consolidado			Consolidado		
	2018			2017		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao valor justo através do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos ao valor justo através do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	-	41.330	41.330	-	30.409	30.409
Contas a receber de clientes	28.291	-	28.291	13.259	-	13.259
Contas a receber de partes relacionadas	1.769	-	1.769	-	-	-
	<u>30.060</u>	<u>41.330</u>	<u>71.390</u>	<u>13.259</u>	<u>30.409</u>	<u>43.668</u>

Os principais passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros, são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

Passivos financeiros	Consolidado	
	2018	2017
Fornecedores	(48.741)	(55.338)
Empréstimos e financiamentos	(5.585.631)	(4.825.778)
Contas a pagar a partes relacionadas	(569)	(1.107)
	<u>(5.634.941)</u>	<u>(4.882.223)</u>

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (hedge) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Risco de mercado e financeiros

A Companhia entende que não existe risco relevante considerando as variáveis as quais os empréstimos e financiamentos estão expostos no final do exercício. As variáveis de riscos, num prazo projetado de doze meses, são (i) exposição à flutuação do dólar norte-americano e a exposição à flutuação nas taxas de juros LIBOR e TJLP (Taxa de Juro de Longo Prazo). A Companhia entende que as despesas financeiras oriundas da flutuação da taxa do dólar serão naturalmente protegidas pelas receitas da Companhia que também serão denominadas na mesma moeda. A TJLP não representa risco relevante na avaliação da Companhia.

Os preços globais do minério de ferro se desvalorizaram mais de 5% no ano de 2018, principalmente pela redução da demanda chinesa. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2019 é um risco que pode impactar os volumes e tarifas projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, há a perspectiva de aumento de demanda.

Risco cambial

A Companhia está suscetível a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos e títulos de remuneração variável. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em Dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações, a Administração alterou a moeda funcional para o Dólar. Com a alteração da moeda funcional, a Companhia fica exposta, contabilmente, no endividamento denominado em Reais. Flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida. A Porto Sudeste possui sua dívida indexada a taxas flutuantes. Contudo as linhas são cerca de 37,1% ligadas a TJLP e 55,3% ligadas a Libor, 7,2% ligadas a UMBNDES (Cesta de moedas) e 0,4% ligadas a taxa fixa. Adicionalmente, a Administração monitora o risco associado à incerteza sobre o fluxo de caixa no médio e longo prazos decorrente da indexação a taxas flutuantes e, se necessário for, pode fixar a remuneração da dívida através de operações de *hedge*.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das prestações de serviços portuários e as linhas de crédito em aberto com bancos para operações ou *Trade Finance*, garantidas pelos contratos de fornecimento de minério de ferro em vigor.

Contudo, para os próximos 12 meses e de acordo com os contratos da dívida sênior ainda dependerá do suporte financeiro de seus acionistas e/ou recurso de terceiros para suportar certas obrigações que não podem ser quitadas a partir do fluxo de caixa operacional (tais como taxas de garantias bancárias, investimentos não relacionados à manutenção) conforme descrito na nota explicativa N^o1.

O quadro abaixo demonstra a projeção de liquidação do passivo em 31 de dezembro de 2018:

	Fluxos futuros projetados para o vencimento					Total
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	48.741	-	-	-	-	48.741
Partes relacionadas	569	-	-	-	-	569
Empréstimos e financiamentos	96.073	83.798	862.844	1.349.174	5.601.869	7.993.758
Royalties	-	-	-	1.414.089	78.322.918	79.737.007
Total por faixa de prazo	145.383	83.796	862.844	2.763.263	83.924.787	87.790.073

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

Posições representativas do risco de crédito	Consolidado	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	41.330	30.409
Contas a receber de clientes	28.291	13.259
Depósito vinculado	10.113	10.107
	<u>79.734</u>	<u>53.774</u>

23. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas contratam cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas contratadas englobam riscos como responsabilidade civil, seguro automóvel, contra incêndio, riscos operacionais, além de uma apólice de seguro de vida em grupo para os nossos colaboradores.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Cobertura de seguros--Continuação

<u>Risco coberto</u>	<u>Limite Máximo de Cobertura</u>
Responsabilidade Civil dos Administradores	R\$20.000
Apólice de operador portuário - Responsabilidade Civil	US\$ 200.000
Apólice de operador portuário - Danos Físicos	US\$ 200.000

A Companhia considera que as coberturas destas apólices são consistentes às utilizadas em seu segmento e são contratadas de acordo com os objetivos da Companhia obedecendo às melhores práticas de gestão de risco.

24. Eventos subsequentes

Em 14 de fevereiro de 2019, foi disponibilizado para a Companhia um adiantamento para futuro aumento de capital de U\$16.9 milhões (R\$63.070). Este adiantamento para futuro aumento de capital está previsto no modelo de negócios da Companhia aprovado pelos acionistas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conselho de Administração

Julien Rolland - Presidente
Oscar Pekka Fahlgren - Vice-Presidente
Edward Wygand - Conselheiro
Hani Barhoush – Conselheiro
Carlos Bernardo Pons Navazo – Conselheiro
Christian Felix Brandtner - Conselheiro
Matthew John Hurn - Conselheiro

Diretoria

Lieven Cooreman – Diretor Presidente
Guilherme Caiado – Diretor de Operações
Nicolau Gaeta - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



Alexandre Carvalho de Andrade
Contador
CRC-RJ 114354/O-4